

política

Leite diz que ainda não há prazo sobre futuro político

Governador tem conversas com PSD e planeja candidatura ao Planalto

/ ELEIÇÕES 2026

Bolívar Cavalier

bolivarc@jcrs.com.br

Avaliando a possibilidade de sair do PSDB, o governador gaúcho Eduardo Leite afirmou nesta terça-feira que ainda não há um prazo para definir o seu futuro partidário. Os tucanos estão avançando para concretizar uma fusão com o Podemos, o que deve ser definido em 5 de junho, quando foi convocada uma convenção nacional da sigla.

Diante deste processo de fusão, Leite disse que está analisando o melhor caminho para seguir a sua carreira política, tendo em vista

que não pode concorrer novamente ao Piratini, por conta de ser governador reeleito, e também de seu anseio de liderar um projeto à Presidência da República em 2026.

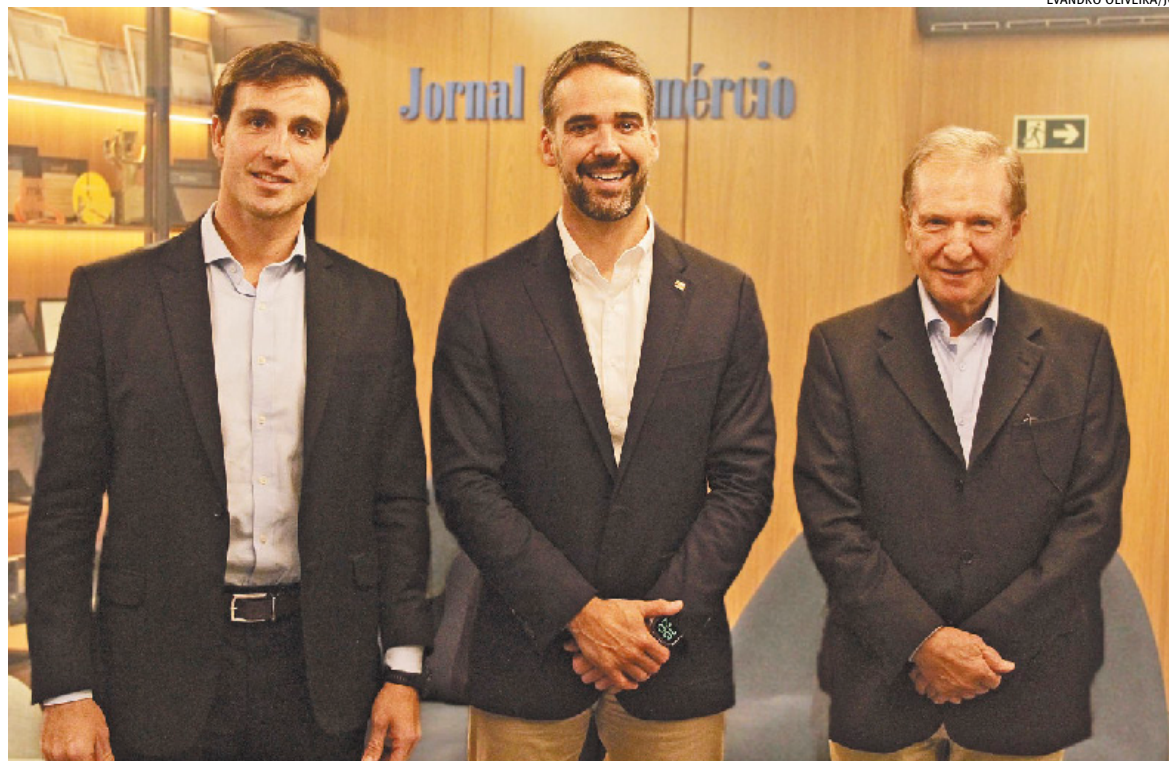
“Tem que, efetivamente, buscar formar um grupo para isso (concorrer ao Planalto), e aí eu vou identificar qual o melhor caminho. Se é a partir deste novo partido que o PSDB e o Podemos devem formar, ou se através de uma outra agremiação partidária, e a que eu tive mais contato foi a do PSD”, admitiu Leite.

O governador também justificou a razão de o PSD ser o seu possível destino: “Não apenas pelos contatos do presidente (Gilberto Kassab), mas porque muitos tucanos, ex-colegas de partido, se diri-

giram ao PSD. Nitidamente é uma agremiação na qual vejo que tem muitas pessoas que pensam como eu”, justifica.

As declarações foram dadas durante entrevista de Eduardo Leite ao **Jornal do Comércio**. O governador esteve no JC nesta terça-feira, quando foi recebido pelo diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, e pelo presidente do Conselho, Mércio Cláudio Tumelero. Eduardo Leite estava acompanhado do secretário estadual de Comunicação, Caio Tomazeli.

A entrevista completa será publicada na próxima segunda-feira, dia 5 de maio, nas edições impressa e online.



Governador Eduardo Leite (centro) foi recebido por Giovanni Jarros Tumelero (e) e Mércio Cláudio Tumelero

Podemos convida ex-governador Ranolfo para sigla

Em meio a um processo de fusão com o PSDB, o Podemos gaúcho convidou nesta terça-feira o ex-governador do Rio Grande do Sul, Ranolfo Vieira Júnior (atualmente sem partido), para ser candidato a algum cargo nas eleições gerais de 2026.

Ranolfo, que hoje atua como diretor-presidente do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), disse que está avaliando a possibilidade.

O ex-governador era filiado ao PSDB, e se desligou do parti-

do em 2023 para poder assumir cargo no BRDE. Para o presidente estadual do Podemos, Everton Braz, Ranolfo reúne todas as credenciais que a sigla busca em um político.

“Seria uma grande representação nas eleições de 2026”, afirmou o dirigente partidário do Podemos.

Ranolfo Vieira Júnior foi eleito vice-governador do Rio Grande do Sul em 2018, e assumiu o Piratini de março a dezembro de 2022.

Naquele ano, o então governador Eduardo Leite (PSDB) renunciou ao cargo para tentar concorrer à presidência da República, o que acabou não ocorrendo, pois o gaúcho perdeu as eleições internas de seu partido para o ex-chefe do Executivo paulista João Doria.

Agora, Ranolfo estuda retomar a vida pública na política partidária. Na reunião com o Podemos, não foi detalhado a qual cargo a sigla pretende que o ex-governador gaúcho concorra.

Aprovado projeto para contratações emergenciais de servidores no IGP

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Sofia Utz

sofia@jcrs.com.br

Com 52 votos favoráveis, os deputados estaduais aprovaram a contratação de 38 novos servidores para o Instituto-Geral de Perícias (IGP), sendo 22 médicos-legistas e 16 auxiliares de perícia, a serem distribuídos em todo o Estado. O projeto, enviado à Assembleia Legislativa pelo Executivo, prevê que as contratações terão duração de um ano, com possibilidade de renovação.

Os parlamentares aprovaram ainda o texto que renova contratos emergenciais já firmados no instituto, prorrogando-os até março de 2026. A proposta também foi aprovada com unanimidade no parlamento.

Na visão do deputado Frederico Antunes (PP), líder do governo na casa, a falta de profissionais do IGP é um problema em diversos municípios do Estado. Em Uru-

guaiana, explica ele, a população precisa aguardar o deslocamento de médicos baseados em cidades da região, como Santana do Livramento, o que pode demorar horas. Antunes afirma que os chamamentos dos servidores concursados para o órgão não foi suficiente para suprir a demanda, que é pontual, e por isso optou-se por contratos emergenciais. “O IGP é o primeiro passo para os esclarecimentos na segurança”, pontuou.

Por outro lado, o deputado Miguel Rossetto (PT), líder da oposição, afirma que esse projeto evidencia o “desmonte do serviço público” no Estado. Ainda que a bancada tenha votado favoravelmente, por reconhecer o déficit de funcionários do órgão, Rossetto critica a contratação temporária de profissionais que executam a atividade fim do instituto. “Vamos continuar defendendo que o serviço público exige trabalho permanente e profissionais, portanto, com contrato permanente”, finalizou ele.

INSS não deveria intermediar associações e pensionistas, diz Lupi

/ CONGRESSO NACIONAL

O ministro da Previdência, Carlos Lupi (PDT), afirmou nesta terça-feira que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) não deveria intermediar as relações entre associações para aposentados e beneficiários do instituto.

“Resolveram colocar o INSS com mais esse trabalho. É mais cômodo (para as associações) o desconto em folha do que ter que ir atrás do aposentado todo mês”, disse o ministro em reunião da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados.

Lupi foi convidado para participar da sessão antes de Polícia Federal (PF) e Controladoria-Geral da União (CGU) deflagrarem a operação Sem Desconto, que mira os descontos indevidos em benefícios do INSS.

Ele manteve a confirmação de presença após os desvios serem revelados, o que aumentou a atenção para a sessão. Na sua fala, defendeu as ações do governo e disse que um problema como esse não se resolve de um dia para o outro.

“Temos sociedade que tem vocação da esperteza. Coibir isso a gente tenta, a gente luta, mas é mentira dizer que isso se resol-

ve em estalar de dedo”, afirmou. “Essa quadrilha não vem de hoje e nosso papel é investigar e botar na cadeia”, continuou.

O PT tem só dois parlamentares na comissão. Diante disso, o líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias (PT-RJ), participa da sessão para defender o governo do presidente Lula (PT) em caso de ataques da oposição.

Além dele, compõem a ala de defesa os deputados Ana Paula Lima, (PT-SC), Camila Jara (PT-MS) e Jilmar Tatto (PT-SP).

A oposição também enviou parlamentares que não são membros da comissão, como o deputado federal gaúcho Marcel van Hattem (Novo).

A ação da PF e da CGU tem como objetivo combater um esquema nacional de descontos associativos não autorizados em aposentadorias e pensões. De acordo com as investigações, a soma dos valores descontados chega a R\$ 6,3 bilhões, entre 2019 e 2024, mas ainda será apurado qual a porcentagem foi feita de forma ilegal.

Segundo o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, com um único alvo, foram apreendidos vários carros, como uma Ferrari e um Rolls Royce, avaliados em mais de R\$ 15 milhões.